

No. 38724

**United States of America
and
Brazil**

**Agreement between the United States of America and Brazil on maritime transport
(with related letters). Rio de Janeiro, 10 December 1986**

Entry into force: *1 January 1987, in accordance with paragraph 15*

Authentic texts: *English and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *United States of America, 1
August 2002*

**États-Unis d'Amérique
et
Brésil**

**Accord entre les États-Unis d'Amérique et le Brésil relatif au transport maritime
(avec lettres connexes). Rio de Janeiro, 10 décembre 1986**

Entrée en vigueur : *1er janvier 1987, conformément au paragraphe 15*

Textes authentiques : *anglais et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *États-Unis d'Amérique, 1er
août 2002*

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

MEMORANDUM AGREEMENT ON MARITIME TRANSPORT

1. The parties to this Agreement are the Government of the United States of America and the Government of the Federative Republic of Brazil.

2. This Agreement, which supersedes the parties' "Memorandum of Consultation" of March 7, 1970,' as modified and extended through December 31, 1986,² relates solely to ocean borne liner cargo originating in the territory of one party and destined to the territory of the other party. It is understood that the territory of the United States includes the several States, the District of Columbia, the Commonwealth of Puerto Rico, the Commonwealth of the Northern Marianas, and all other United States territories and possessions.

3. The national-flag vessels of each party shall have equal access (with the national-flag vessels of the other party) to the government-control led cargo of the other party. The parties will take all necessary and appropriate administrative steps to ensure full compliance with this provision. This paragraph does not apply to United States exports of agricultural commodities or agricultural products covered by, Section 901h of the Merchant Marine Act, 1936, or to the defense cargo of either party as defined in their respective national legislation. However, the amount of cargo not reserved for the U.S. flag, is available to Brazilian flag vessels.

4. Non-government-control led cargo shall be available for carriage by any carrier, without regard to the nationality of vessels, serving the bilateral trade in accordance with the legislation of either Party.

5. The national-flag vessels of the parties shall have unrestricted access to all cargo which is the subject of this Agreement.

6. Within the territories of the parties and subject to their cabotage laws, carriers serving the bilateral trade shall have the right to transship or relay cargo subject to this agreement, originating in the territory of one party and destined to the territory of the other party.

7. Within their respective territories the parties may take such measures as they deem appropriate to promote the development of intermodal service and intermodal rate making. Neither party shall adopt or pursue measures which would interfere with development of intermodal rates and services within the territories of the other party.

8. The tariffs of and shipping documents issued by non-vessel -operating common carriers organized under the laws of the United States shall be recognized and given effect in the southbound trade between the parties.

9. When the ocean freight portion of an intermodal shipment is clearly identified in the appropriate shipping document, the Brazilian tax for the renewal of the merchant marine shall be applied only to such ocean portion.

10. The availability period used by SUNAMAM to determine whether waivers for the carriage of government-controlled cargo by non-national vessels may be granted shall consist of no more than three (3) days before and seven (7) days after the shippers' requested

sailing date. SUNAMAM will respond to waivers request within three (3) working days of receipt.

11. The Government of Brazil and the U.S. Government, upon request by a shipper, carrier or other interested party will advise in writing within four (4) working days if a specific cargo is under the laws of controlled cargo and the basis for such characterization.

12. The parties will regularly exchange timely information on the value and tons of their respective government-control led cargo in the bilateral trade.

13. The national-flag vessels of each party shall have access to cargo in the third-country trades of the other party subject to the laws, regulations and international Agreements of each party.

14. Either party may require consultations concerning, the interpretation, implementation, or amendment of this Agreement by giving the other party written notice of such consultations at least thirty (30) days in advance of their occurrence.

15. This Agreement shall be in force from January 1, 1987 through December 31, 1989.

16. This Agreement may be terminated by either party prior to December 31, 1989. Such termination shall be effective ninety days after the date on which written notice of termination is received by the other party. Termination shall not occur, however, without the consultation provisions of paragraph 14 having been observed.

This Agreement is reflected in the English and Portuguese languages, both text~ being equally authentic.

Done in Rio de Janeiro, Brazil, on the 10th day of December of 1986.

For the Government of the United States of America:

JOHN A. GAUGHAN
Maritime Administrator

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

MURILLO RUBENS HABBEMA DE MAIA
National Superintendent of the
Merchant Marine (SUNAMAM)

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SUPERINTÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

MEMORANDO DE ACORDO SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO

1. As Partes deste Acordo são o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil.
2. Este Acordo, que substitui o "Memorando de Consulta" de 07 de março de 1970, modificado e prorrogado até dezembro de 1986, se refere somente à carga geral, de Longo Curso, originada no território de uma das Partes e destinada ao território da outra Parte. Entende-se como território dos Estados Unidos os diversos Estados, o Distrito de Columbia, a "Commonwealth" de Porto Rico, a "Commonwealth" das Ilhas Marianas do Norte e os demais territórios e possessões dos Estados Unidos.
3. Os navios nacionais de cada uma das Partes terão igual acesso (com navios nacionais da outra Parte) à carga prescrita da outra Parte. As Partes tomarão todas as medidas administrativas necessárias e apropriadas para assegurar o total cumprimento deste dispositivo. Este parágrafo não se aplica às exportações, feitas pelos Estados Unidos, de mercadorias e produtos agrícolas cobertos pela Seção 901 b do "Merchant Marine Act" de 1936, bem como à carga militar de cada uma das Partes como definida em sua respectiva Legislação nacional. Não obstante, as cargas não prescritas à bandeira americana estarão disponíveis aos navios de bandeira brasileira.
4. As cargas não prescritas estarão disponíveis para transporte por qualquer empresa que atenda ao tráfego bilateral, independentemente da nacionalidade dos navios, obedecida a legislação de cada uma das Partes.
5. Os navios das bandeiras nacionais de cada uma das Partes terão acesso irrestrito a todas as cargas objeto do presente Acordo.
6. Dentro do território de cada uma das Partes, e sujeito às suas leis de cabotagem, as empresas de transporte marítimo operando no tráfego bilateral terão direito ao transbordo das cargas objeto deste acordo, originadas no território de uma das Partes e destinadas ao território da outra Parte.
7. Dentro de seus respectivos territórios, as Partes poderão adotar as medidas que julgarem apropriadas para promover o desenvolvimento do serviço intermodal e o estabelecimento das respectivas tarifas de frete. Nenhuma das Partes adotará ou promoverá medidas que possam interferir com o desenvolvimento das tarifas e serviços intermodais dentro do território da outra Parte.

8. As tarifas e documentos de embarque emitidos por "Transitários não-armadores" (N.V.O.C.C.), constituídos segundo as leis dos Estados Unidos, serão reconhecidos e aceitos no tráfego da importação brasileira.
9. Quando a parte da tarifa correspondente ao segmento marítimo de um transporte intermodal for claramente identificada no documento de embarque adequado, o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM – do Brasil será aplicado somente a essa parte da tarifa.
10. O período disponível à SUNAMAM para determinar se os pedidos de liberação ("waivers") de carga prescrita poderão ser concedidos a navios não nacionais será de não mais de 3 (três) dias antes e 7 (sete) dias depois da data de saída indicada pelo embarcador. A SUNAMAM responderá aos pedidos de liberação de carga dentro de 3 (três) dias úteis de seu recebimento.
11. O Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos, mediante solicitação de um embarcador, transportador ou outra parte interessada, informarão por escrito, dentro de 4 (quatro) dias úteis se uma determinada carga está enquadrada na legislação de prescrição de carga e a base para tal enquadramento.
12. As Partes trocarão, regularmente, informações atualizadas sobre o valor e a tonelagem de suas respectivas cargas prescritas, movimentadas no tráfego bilateral.
13. Os navios nacionais de cada uma das Partes terão acesso à carga dos tráfegos da outra Parte com terceiros países, obedecidas as leis, regulamentos e acordos internacionais de cada uma das Partes.
14. Cada uma das Partes poderá solicitar, por escrito, consulta relativa à interpretação, implementação, ou emenda deste Acordo, à outra Parte com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência.
15. Este Acordo estará em vigor de 10 de janeiro de 1987 até 31 de dezembro de 1989.
16. Este Acordo poderá ser terminado por qualquer das Partes antes de 31 de dezembro de 1989. O término será efetivado 90 (noventa) dias após a data do recebimento da comunicação escrita pela outra Parte. O término não ocorrerá, no entanto, sem a realização das consultas previstas no parágrafo 14.

Finnado no Rio de Janeiro, Brasil em 10 de dezembro de 1986, nos idiomas português e inglês, ambos os textos igualmente válidos.

MURILLO RUBENS HABBEMA
DE MAIA

Superintendente da
Superintendência
Nacional da Marinha Mercante

JOHN A. GAUGHAN

Administrador Marítimo

[RELATED LETTERS]

I

U.S. DEPARTMENT OF TRANSPORTATION

MARITIME ADMINISTRATION

December 10, 1986

Comandante Murillo Rubens Habbema de Maia
Superintendente
Superintendencia Nacional da Marinha Mercante
Avenida Rio Branco 115 - 140 andar
Rio de Janeiro, Brazil

Dear Comandante Habbema:

In my letter to you dated January 10, 1985, I indicated that the United States would be willing at the end of 1986 to enter into a restructured government-to government maritime agreement with Brazil if significant progress could be made in assuring increased competitive access in the bilateral trade, particularly cargo in the southbound trade. As a result of your assurances that Brazil has undertaken to pursue this objective, our governments have today entered into a memorandum agreement assuring full competitive access to commercial cargo, and guaranteeing the national flag vessels of each party equal access to the government-controlled cargo of the other party.

It is important for harmonious maritime relations between our two countries that progress be made toward realizing this objective. In this regard, the United States anticipates continued improvement in competitive conditions in our trades during the three year life of the agreement either as a result of a reduction in Brazilian government cargo (based on the value of the cargo) relative to total cargo or as a result of the introduction of more liberal rules relating to access to government cargo itself. If the anticipated improvements in the competitive environment are not realized, the United States may avail itself of any of the Mechanisms embodied in the agreement.

To enable both sides to determine the extent of improvement in competitive access, we agree to exchange frequent and timely data on the value and volume of government-controlled cargo and all other cargo moving in the bilateral trade.

Sincerely,

JOHN A. GAUGHAN
Maritime Administrator

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

II
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

Prezado Mr. Gaughan:

Em sua carta de 10 de janeiro de 1985, V.Sa. declarou que os Estados Unidos concordariam, no fim de 1986, em assinar, com o Brasil um acordo marítimo atualizado entre governos se pudesse ser feito progresso significativo para assegurar o aumento do acesso competitivo no tráfego bilateral, especialmente à carga de importação do Brasil. Conforme eu lhe assegurei, o Brasil se comprometeu a perseguir esse objetivo e, assim, nossos Governos, na data de hoje, assinaram um Memorando de Acordo que assegura o total acesso competitivo à carga não-prescrita e garante, aos navios nacionais de cada uma das Partes, igual acesso às cargas prescritas da outra Parte.

Em particular, eu espero que a quantidade de carga commercial no tráfego de importação do Brasil aumente à medida que o Brasil continue a encorajar o desenvolvimento do setor privado. Nós tomamos nota, também, das preocupações dos Estados Unidos relativas à abrangência da carga prescrita, à medida que o Brasil venha desenvolver e implementar sua nova Política Marítima.

Para permitir a ambas as Partes determinarem a extensão da melhoria do acesso competitivo, concordamos em trocar dados freqüentes e atualizados sobre o valor e tonelagem da carga prescrita e de todas as outras cargas, movimentadas no tráfego bilateral.

Sinceramente,

MURILLO RUBENS HABBEMA
DE MAIA
Superintendente da Superintendencia
Nacional da Marinha Mercante

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

Rio de Janeiro, RJ, December 10, 1986

Mr. John A. Gaughan
Maritime Administrator
U.S. Department of Transportation
Maritime Administration
Washington, D.C.

Dear Mr. Gaughan :

In your letter to me of January 10, 1985, you indicated that the United States would be willing, at the end of 1986, to enter into a restructured government-to-government maritime agreement with Brazil if significant progress could be made in assuring increased competitive access in the bilateral trade, particularly cargo in the southbound trade. As we have assured you, Brazil has undertaken to pursue this objective, and thus our governments have today entered into a memorandum agreement assuring full competitive access to commercial cargo, and guaranteeing the national flag vessels of each party equal access to the government-controlled cargo of the other party.

In particular, we expect the amount of commercial cargo in the southbound trade to increase as Brazil continues to encourage private sector development. We will also take note of U.S. concerns relating to the scope of Brazilian government cargo as Brazil develops and implements its new maritime policy.

To enable both sides to determine the extent of improvement in competitive access, we agree to exchange frequent and timely data on the value and volume of government-controlled cargo and all other cargo moving in the bilateral trade.

Sincerely,

MURILLO RUBENS HABBEMA DE MAIA
National Superintendent of the
Merchant Marine (SUNAMAM)

[TRANSLATION — TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD RELATIF AU TRANSPORT MARITIME

1. Les Parties au présent Accord sont le Gouvernement des États-Unis d'Amérique et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil.

2. Le présent Accord qui remplace le "Mémorandum de consultation" des Parties en date du 7 mars 1970, tel que modifié et prorogé jusqu'au 31 décembre 1986, se rapporte uniquement aux cargaisons transportées sur des navires de ligne originaires du territoire de l'une des Parties et à destination du territoire de l'autre Partie. Il est entendu que le territoire des États-Unis comprend plusieurs États, le District de Columbia, le Commonwealth de Porto Rico, le Commonwealth des îles Mariannes septentrionales et tous les autres territoires et possessions des États-Unis.

3. Les navires battant pavillon national de chaque Partie bénéficieront de l'égalité d'accès (de même que les navires battant pavillon national de l'autre Partie) aux cargaisons sous contrôle de l'État de l'autre Partie. Les Parties prendront toutes les mesures administratives nécessaires et appropriées en vue d'assurer le respect intégral de la présente disposition. Le présent paragraphe ne s'applique pas aux exportations de marchandises ou de produits agricoles des États-Unis visés à la section 901b du Merchant Marine Act de 1936, ou aux navires destinés à la défense de l'une ou l'autre Partie tels que définis dans leurs législations nationales respectives. Cependant, une certaine quantité de marchandises non réservées au pavillon des États-Unis seront mises à la disposition de navires battant pavillon brésilien.

4. Les marchandises non contrôlées par l'État pourront être transportées librement par un transporteur, sans égard à la nationalité des navires, affecté au commerce bilatéral conformément à la législation de l'une ou l'autre Partie.

5. Les navires battant pavillon national des Parties auront un accès illimité à toutes les cargaisons qui font l'objet du présent Accord.

6. Dans les limites des territoires des Parties et sous réserve de leurs lois relatives au cabotage, les transporteurs affectés au commerce bilatéral auront le droit de transborder ou de faire transiter les cargaisons visées au présent Accord, en provenance du territoire d'une Partie et à destination du territoire de l'autre Partie.

7. Dans les limites de leurs territoires respectifs, les Parties prendront les mesures qu'elles jugeront appropriées pour encourager le développement d'une tarification et d'un service intermodaux. Aucune des Parties n'adoptera ou ne mettra en oeuvre des mesures qui seraient susceptibles de nuire à l'établissement de tarifications et de services intermodaux dans les limites des territoires de l'autre Partie.

8. Les tarifs fixés et les documents de transport délivrés par des transporteurs publics utilisant des réseaux de transport autres que maritimes créés en vertu des lois des États-Unis seront reconnus et appliqués dans le commerce nord-sud entre les Parties.

9. Lorsque la portion se rapportant au fret maritime d'une expédition intermodale est clairement identifiée dans les documents de transport appropriés, la taxe brésilienne imposée pour le renouvellement de la flotte marchande ne sera applicable qu'à cette portion du fret.

10. SUNAMAM dispose d'une période de trois (3) jours au moins et de sept (7) jours au plus après la demande de date d'appareillage présentée par les chargeurs pour décider si les dérogations au transport maritime de cargaisons sous contrôle de l'État par des navires étrangers seront accordées. SUNAMAM répondra à la demande de dérogation dans les trois (3) jours ouvrables suivant la réponse.

11. Le Gouvernement du Brésil et le Gouvernement des États-Unis, suite à une demande d'un chargeur, d'un transporteur ou autre partie intéressée, feront savoir par écrit dans les quatre (4) jours ouvrables si une cargaison spécifique est assujettie aux lois relatives aux cargaisons contrôlées et feront connaître les critères d'une telle classification.

12. Les Parties échangeront périodiquement en temps opportun des renseignements relatifs à la valeur et au tonnage de leurs cargaisons respectives sous contrôle de l'État dans le commerce bilatéral.

13. Les navires battant pavillon national de chaque Partie auront accès dans le pays tiers au commerce des marchandises de l'autre Partie assujetties aux lois, règlements et accords internationaux de chaque Partie.

14. L'une ou l'autre Partie pourra demander la tenue de consultations relatives à l'interprétation, l'application ou la modification du présent Accord moyennant un préavis écrit adressé à l'autre Partie trente (30) jours au moins avant la tenue desdites consultations.

15. Le présent Accord sera en vigueur du 1er janvier 1987 au 31 décembre 1989.

16. Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une ou l'autre Partie avant le 31 décembre 1989. La dénonciation prend effet quatre-vingt-dix jours à compter de la date à laquelle l'autre Partie reçoit la notification de dénonciation. Cependant, la dénonciation n'est applicable que si les dispositions du paragraphe 14 relatives à la consultation ont été observées.

Le présent Accord est fait dans les langues anglaise et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Fait à Rio de Janeiro, Brésil, le 10 décembre 1986.

Pour le Gouvernement des États-unis d'Amérique :
L'Administrateur maritime,
JOHN A. GAUGHAN

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Surintendant national de la marine marchande,
MURILLO RUBENS HABBEMA DE MAIA

[LETTRES CONNEXES]
I
DÉPARTEMENT FÉDÉRAL DES TRANSPORTS
ADMINISTRATION MARITIME

Le 10 décembre 1986

Commandant Murillo Rubens Habbema de Maia
Surintendant
Surintendance nationale de la marine marchande
Rio de Janeiro, Brésil
Monsieur,

Je vous informais, dans ma lettre du 10 janvier 1985, que les États-Unis étaient disposés à adhérer à un accord de restructuration maritime de gouvernement à gouvernement avec le Brésil à la fin de 1986 si des progrès significatifs étaient faits en vue d'assurer un accès accru à des conditions concurrentielles dans le domaine du commerce bilatéral, en particulier aux cargaisons destinées au commerce nord-sud. Suite à l'assurance que vous avez donnée à l'effet que le Brésil s'engageait à poursuivre cet objectif, nos gouvernements ont conclu ce jour un mémorandum d'accord visant à assurer un accès concurrentiel complet aux cargaisons commerciales et à garantir aux navires battant pavillon national de chaque Partie l'égalité d'accès aux cargaisons sous contrôle de l'État de l'autre Partie.

Il est important pour l'harmonie des relations maritimes entre nos deux pays que des progrès soient réalisés en ce sens. À cet égard, les États-Unis comptent sur l'amélioration soutenue des conditions concurrentielles dans nos échanges commerciaux pendant les trois années de validité de l'Accord, par le biais d'une réduction des cargaisons gouvernementales brésiliennes (en fonction de la valeur de la cargaison) par rapport aux cargaisons totales ou de l'introduction de règles plus libérales concernant l'accès aux cargaisons gouvernementales elles-mêmes. Si les améliorations prévues au chapitre des conditions dans lesquelles s'exerce la concurrence ne se concrétisent pas, les États-Unis pourront se prévaloir de l'un des mécanismes incorporés dans l'accord.

Afin de permettre aux deux Parties d'évaluer la portée des améliorations apportées aux conditions concurrentielles, nous sommes convenus d'échanger à intervalles réguliers et en temps opportun des données relatives à la valeur et au volume des cargaisons sous contrôle de l'État et de toutes autres cargaisons en circulation dans le commerce bilatéral.

Veuillez agréer, Monsieur, l'assurance de ma considération distinguée.

L'Administrateur maritime,
JOHN A. GAUGHAN

II
MINISTÈRE DES TRANSPORTS

SURINTENDANCE NATIONALE DE LA MARINE MARCHANDE

Rio de Janeiro, le 10 décembre 1986

M. John A. Gaughan
Administrateur maritime
Département fédéral des transports
Administration maritime
Washington
Monsieur,

Dans votre lettre du 10 janvier 1985, vous avez indiqué que les États-Unis étaient disposés, à la fin de 1986, à adhérer à un accord de restructuration maritime de gouvernement à gouvernement avec le Brésil si des progrès substantiels étaient réalisés en vue d'assurer un accès accru à des conditions concurrentielles dans le domaine du commerce bilatéral, en particulier aux cargaisons destinées au commerce nord-sud. Suite à l'assurance que nous vous avons donnée, le Brésil s'est engagé à poursuivre cet objectif. En conséquence, nos gouvernements ont adhéré ce jour à un mémorandum d'accord visant à assurer un accès concurrentiel complet aux cargaisons commerciales et à garantir aux navires battant pavillon national de chaque Partie l'égalité d'accès aux cargaisons sous contrôle de l'État de l'autre Partie.

En particulier, nous prévoyons une augmentation du volume des cargaisons commerciales dans le commerce nord-sud car le Brésil continue de favoriser le développement du secteur privé. Nous prendrons note également des préoccupations des États-Unis concernant le volume des cargaisons gouvernementales brésiliennes à mesure que le Brésil élaborera et appliquera sa nouvelle politique maritime.

Pour permettre aux deux Parties d'évaluer la portée des améliorations concernant l'accès à des conditions concurrentielles, nous sommes convenus d'échanger à intervalles réguliers et en temps opportun des données relatives à la valeur et au volume des cargaisons sous contrôle de l'État et de toutes autres cargaisons en circulation dans le commerce bilatéral.

Veuillez agréer, Monsieur, l'assurance de ma considération distinguée.

Le Surintendant national de la marine marchande (SUNAMAM),
MURILLON RUBENS HABBEMA DE MAIA

